

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Tamires Carneiro¹

Maria Salvilene Lopes²

Maria do Perpétuo Socorro de Vasconcelos³

Francisco Ariel dos Santos Silva⁴

RESUMO

A educação inclusiva tem como objetivo incluir todos, independente de qualquer distinção, no espaço escolar. No Brasil, a legislação assegura a inclusão de pessoas com deficiência desde os primeiros anos de vida escolar. Porém, ainda existem muitos desafios que impedem a plena inclusão dos alunos com deficiências nas escolas regulares, principalmente na Educação Infantil, que acolhe crianças bem pequenas. Nesse contexto o objetivo deste trabalho é identificar quais são os desafios que se apresentam frente a concretização da escola inclusiva, assim como assegura a legislação educacional e as correntes teóricas aceitas atualmente. Para cumprir com tal objetivo, o estudo foi realizado a partir de uma pesquisa integrada da bibliografia existente sobre a educação inclusiva na Educação Infantil e sobre os desafios que se apresentam frente a implementação dessa nova concepção de ensino na realidade brasileira. A modalidade da pesquisa se caracteriza como de natureza qualitativa. A partir dessa pesquisa pode-se concluir que no sistema educacional brasileiro, a educação inclusiva, principalmente referente a Educação infantil, ainda encontra muitas dificuldades, destacam-se: a falta de capacitação nessa área de atuação pelos professores, a superlotação das salas de aula, bem como a falta de estrutura dos espaços físicos das escolas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação especial. Desafios da inclusão.

INTRODUÇÃO

De acordo com a legislação brasileira, a educação é um direito de todos, sem discriminação de raça, cor, religião e nenhuma outra distinção de qualquer natureza. Nesse contexto, é possível perceber que a escola deve ser um ambiente de inclusão, que acolhe e disponibiliza oportunidades a todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades especiais.

¹ Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, tamycarneiro23@gmail.com;

² Especialista em Gestão, Coordenação, Planejamento e Avaliação Escolar pelo Centro Universitário Ina – UNINTA. Salvilene13@hotmail.com

³ Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica da Faculdade Venda Nova do Imigrante. perpetuovasconcelos872@gmail.com;

⁴ Mestrando em Geografia de Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, ariel.santos5@hotmail.com;

No entanto, por muito tempo a educação esteve restrita apenas as pessoas não deficientes e esteve fechada para pessoas fora da “normalidade”. Após muitas lutas e mobilizações da sociedade pela inclusão, atualmente é possível verificar uma mudança nesse cenário. Escolas e demais instituições de ensino em todo o mundo passaram a estabelecer novas diretrizes para a educação, no sentido de incluir e desenvolver a aprendizagem de todos os seus alunos, inclusive os com necessidades especiais.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e bases da educação de 1996, consolida o direito de inclusão de todas as crianças e adolescentes sem distinção, no seu art. 58 estabelece que a Educação Especial será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais. Isso inclui todas as etapas e modalidades de ensino, inclusive a Educação Infantil, que é a primeira fase de escolarização, que acolhe crianças de 0 a 6 anos de idade.

Porém, ainda existem muitos desafios que impedem a plena inclusão dos alunos com deficiências nas escolas, nesse sentido, esta pesquisa busca responder a esta questão: quais são os desafios atuais que impactam a implementação de uma educação que inclua e favoreça o aprendizado das crianças com necessidades especiais na Educação Infantil?

O objetivo central deste trabalho é identificar quais são os desafios que se apresentam frente a concretização da escola inclusiva, assim como assegura a legislação educacional e as correntes teóricas aceitas atualmente. Para cumprir com tal objetivo, o estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa integrada da bibliografia existente sobre a educação inclusiva na Educação Infantil e sobre desafios que se apresentam frente a implementação dessa nova concepção de ensino na realidade brasileira.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Atualmente muito tem se falado sobre educação inclusiva, contudo há ainda muitas questões que fogem do conhecimento das pessoas, principalmente em relação a educação inclusiva e a educação especial.

Educação inclusiva ou escola inclusiva diz respeito a inclusão dos alunos com deficiência ou com alguma dificuldade de aprendizagem em um espaço comum, em que convivem alunos que não possuem nenhuma deficiência. Vale dizer que a educação inclusiva é uma nova concepção de ensino que tem como principal objetivo incluir a todos no processo de educação.

O termo Educação Inclusiva foi conceituado pela primeira vez pela Declaração de Salamanca, que defendeu a ideia de que as pessoas (crianças e adultos) podem participar do processo de aprendizagem por meio da socialização e interação em turmas regulares de ensino.

Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção (MENDES, 2019, on-line)

Cumprido destacar que a educação inclusiva não se trata de um sinônimo de educação especial, pois, esta, é conceituada como uma modalidade de educação especial que realiza atendimento educacional especializado, ou seja, dentro da instituição de ensino (ou fora dela), deve haver um espaço onde o aluno portador de alguma deficiência é recebido para ter um atendimento especializado, com profissional específico, muitas vezes em contato com outras crianças que também possuem necessidades especiais.

“Ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual” (MENDOÇA, 2015, p. 2).

O Ministério da Educação classifica o público-alvo da educação especial em três grupos: pessoas com deficiência, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial; pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, os quais apresentam quadro de alteração no desenvolvimento psicomotor (autismo, Asperger, psicose infantil); pessoas com altas habilidades e superdotação, aqueles que possuem um alto grau de desenvolvimento nas áreas do conhecimento humano.

A educação especial na perspectiva inclusiva, trata-se, portanto da promoção de inclusão do público-alvo da educação especial. Ou seja, de uma forma geral, educação inclusiva se refere ao movimento de inserir todos os alunos na escola regular, independentemente de qualquer distinção, inclusive aqueles que estão no foco do trabalho das instituições de ensino especializados.

É válido ressaltar que não são apenas os alunos com deficiência que se beneficiam, antes, porém, todos os alunos ganham com a inclusão, tendo em vista que a escola formará pessoas capazes de identificar e valorizar as diferenças, sendo capazes de reconhecer que ser diferente não é um motivo de separação, mas, sim de inclusão, propiciando trocas de experiências e saberes.

Guijarro (2005) enfatiza que a Educação Inclusiva não acontece somente com a inserção dos alunos com deficiências nas escolas regulares, a inclusão acontece quando o aluno começa a desenvolver sua aprendizagem, pois o direito a educação não se restringe ao direito de ter acesso a ela, mas sim de ter oportunidade de aprender e desenvolver-se plenamente como pessoa.

Na construção de uma prática verdadeiramente inclusiva na sala de aula deve haver a observância dos cinco princípios que norteiam a educação inclusiva, são elas:

1. Toda pessoa tem o direito de acesso à educação.
2. Toda pessoa aprende
3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular
4. O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos
5. A educação inclusiva diz respeito a todos (PAGANELLI, 2018)

Para Mendes (2019) os princípios são como um guia para os educadores comprometidos com a educação inclusiva. Como diz o autor, esses princípios servem para que não se perca o “rumo” das práticas pedagógicas, sejam por professores iniciantes na atividade docente, e até mesmo os professores experientes.

IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NOS PRIMEIROS ANOS DA VIDA ESCOLAR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) instituiu a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da Educação Básica, a qual deve ser destinada às crianças de 0 a 3 anos, que compreende a creche e de 4 a 6 anos, compreendendo a pré-escola. Contudo, só será obrigatório a matrícula das crianças a partir dos 4 anos de idade, ficando a critério dos pais a escolha por matricular as crianças abaixo dessa faixa etária.

A LDB é um importante instrumento que dá diretrizes e normatiza a Educação Infantil. Segundo esse documento, os alunos da primeira etapa da Educação Básica devem ser acolhidos em instituições que visem primordialmente o desenvolvimento integral das crianças, que contemple os aspectos físicos, motores, cognitivos, emocionais, psicológicos e sociais

O MEC elaborou em 2001 o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Dessa forma, após três anos da entrada em vigor da LDB, a Educação Infantil foi a primeira etapa a estabelecer diretrizes para a construção de um ensino inclusivo. No item 5.1 do referido documento, está expresso as orientações gerais

para creches e pré-escolas no intuito de atender com qualidade as necessidades educacionais dos alunos especiais. Dentre essas recomendações destacam-se a necessidade de:

- Disponibilizar recursos humanos capacitados em educação especial/ educação infantil para dar suporte e apoio ao docente das creches e pré-escolas ou centros de educação infantil, assim como possibilitar sua capacitação e educação continuada por intermédio da oferta de cursos ou estágios em instituições comprometidas com o movimento da inclusão;
- Adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com NEE, conforme normas de acessibilidade. (BRASIL, 2001, p. 24-26)

Além das recomendações supracitadas, o RCNI destaca ainda outras inúmeras orientações para que essa etapa da educação possa desenvolver as habilidades dos alunos com necessidades especiais. Contudo, depois de 20 anos da criação desse documento, ainda é possível perceber que a estrutura geral das instituições de Educação Infantil ainda não conseguiu superar as dificuldades que impedem o pleno acesso das crianças especiais a Educação Infantil.

Carneiro (2012), atribui essas dificuldades ao fato de a trajetória da educação ter sido marcada pelo não atendimento do aluno com deficiência, dessa forma, nos dias atuais as escolas ainda não se encontram preparadas para tal tarefa, “e sua transformação no sentido de cumprimento legal e de responder positivamente aos anseios sociais, requer alterações em toda a sua dinâmica” (CARNEIRO, 2012, p. 86). Segundo o autor, as alterações urgentes para que seja cumprida com as determinações legais são de natureza estruturais, econômicas, de recursos humanos e pedagógicos.

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno (CARNEIRO, 2012, p. 86)

O autor dá ênfase a prática pedagógica como um dos principais fatores que afetam o acesso e a permanência do aluno em salas de ensino regular. Contudo, a presença do público da Educação Especial, nem sempre é bem-vinda, pois, muitos dos professores se veem sobrecarregados, com turmas lotadas e sem estrutura adequada para receber essas crianças. A prática pedagógica também se torna frágil, visto que a formação dos professores tende a focar na preparação para o ensino de crianças sem necessidades

especiais de ensino. A falta de experiência e preparação torna o trabalho pedagógico inconsistente e tende a ter reflexos no processo educativo dessas crianças.

Em 2004, foi criado pelo Ministério da Educação as Diretrizes da Política Nacional da Educação Infantil MEC/2004, que dentre outras providências instituiu que: “A educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado, mediante a avaliação e interação com a família e a comunidade.” (BRASIL, 2004, p. 17).

A visão de que é imprescindível a interação entre as crianças para o sucesso do ensino aprendizagem é uma concepção defendida por autores que desenvolveram teorias sobre a educação, como foi o caso de Vygotsky (1984). Para o autor o processo de aquisição de conhecimento não acontece apenas entre uma criança e um adulto, mas também mediante a convivência entre seus pares mais experientes. Nessa mesma perspectiva Arroyo (1998) enfatiza que:

[...] nada justifica, nos processos educativos, reter, separar crianças, adolescentes ou jovens de seus pares de ciclo de formação, entre outras razões, porque eles aprendem não apenas na interação com os professores adultos, mas nas interações entre si. Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados [...] (ARROYO, 1998, p.41)

Essa inserção ao ambiente escolar é de fundamental importância para as crianças pequenas portadoras de deficiência. Para Carneiro (2012) a interação entre as crianças contribui para formar uma geração mais consciente, sem preconceitos com o diferente. Mas para que isso aconteça, a escola deve promover uma prática pedagógica em que as crianças da Educação Infantil possam cultivar o respeito, o companheirismo, a concepção de cuidado consigo e com o outro, dentre outros tantos valores, visando a formação de cidadãos justos e éticos.

Já para as crianças portadoras de deficiência o convívio escolar tem o papel de desenvolver suas habilidades, como a fala, a coordenação motora, os aspectos cognitivos e emocionais e a introspecção de valores sociais.

Muitos estudos já comprovam que os primeiros três anos de vida da criança são decisivos para o desenvolvimento da personalidade, da inteligência, da linguagem e da socialização. Esses primeiros três anos correspondem aos anos da creche, que em muitas instituições de ensino funcionam de forma integral.

Todos os estímulos direcionados a crianças de 0 a 3 anos de idade serão muito mais intensos, pois o desenvolvimento cerebral nesse período é consideravelmente mais acelerado do que em comparação aos anos posteriores. Mas cabe destacar que não apenas os estímulos positivos, mas também os negativos são propensos a gerar resultados na fase adulta. Nesse contexto Mendes ressalta que “o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança” (MENDES, 2010, p.47-48).

Portanto, nessa etapa, se a criança tiver seus aspectos do desenvolvimento estimulados, terão mais chances de adquirir uma gama de habilidades que lhe possibilitará uma melhor qualidade de vida.

Nos anos que correspondem a pré-escola, ainda que o desenvolvimento cerebral perda a aceleração, o meio em que o indivíduo está inserido é de fundamental importância para o desenvolvimento, principalmente no que se refere aos aspectos emocionais e cognitivos. O que possibilita concluir que, a inclusão das crianças com necessidades especiais na Educação Infantil é imprescindível, de acordo com os argumentos apresentados até o momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de já haver um consenso entre estudiosos da educação e legisladores a respeito da relevância da inclusão das crianças na sua tenra idade no sistema educacional, ainda são percebidos inúmeros desafios para o pleno exercício desse direito. Os principais desafios, que foram identificados nesse estudo se referem a formação dos profissionais de educação, que ainda não cumpre o papel de preparar os docentes para a educação inclusiva, além disso a estrutura física da maioria das instituições de ensino se encontra inaptas ao acesso de crianças deficientes.

Passados vinte e seis anos desde a Declaração de Salamanca (1994) que foi um marco para a educação inclusiva para o Brasil, o país ainda enfrenta grandes desafios para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Dentre esses problemas, destaca-se principalmente à fragilidade na formação docente para o ensino inclusivo.

Como vimos, a própria LDB afirma a necessidade de uma formação docente voltada para as especificidades da educação especial. Em seu artigo 87 das disposições transitória, a LDB institui a década de 90 como sendo a “Década da Educação”, pois

seriam durante esses anos que os antigos paradigmas da educação deveriam ser rompidos, para dar início a uma nova era, a da educação inclusiva e integradora.

Afim de tornar a formação docente uma etapa verdadeiramente formadora de profissionais capacitados e preparados para atuarem de maneira significativa na educação, foi criado as Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica, documento no qual delinea as exigências que se apresentam frente ao novo modelo de educação provocada pela contemporaneidade.

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar **com a diversidade** existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (MEC, 2000, p. 5, grifo nosso).

Nesse ponto, denota-se que a formação do professor deve ser voltada para a construção de um trabalho pedagógico que considere a diversidade de alunos que há em uma turma, cada um com processo de aprendizagem único, com dificuldades e potencialidades distintos um do outro. Em outras palavras, a formação precisa enaltecer as diferenças como um aspecto positivo do processo educativo.

Entretendo, uma grande quantidade de pesquisas tem evidenciado que é urgente a necessidade de uma melhoria na formação dos professores, principalmente no que se refere a promoção de inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino. “Não é para menos. A realidade evidenciada por uma pesquisa recente em âmbito nacional mostrou que os professores, de maneira geral, não estão preparados para receber em sua sala de aula alunos especiais” (PLETSCH, 2009, 147).

Em uma pesquisa realizada por Castro (2002), na cidade de Santa Maria (RS), foi identificado que a maioria dos professores ouvidos na entrevista se sentiam despreparados para receber os alunos com necessidades especiais. Os professores destacaram ainda que acreditam que pode ser construído uma educação inclusiva, ainda é necessária uma maior preparação para essa área de ensino. Isso é identificado nas falas dos educadores.

Eles [alunos especiais incluídos] exigem uma atenção que não temos condição de dar.

[...] Não temos condição de oferecer o que eles realmente necessitam, pois não somos educadoras especiais, apesar de termos boa vontade.

[...] Não temos preparo suficiente para fazer um trabalho com muitos resultados positivos.

[...] Há muito despreparo nas classes regulares e nos cursos de formação do magistério.

[...] Eu acho ruim [a inclusão], pois os professores precisam de conhecimento para trabalhar com esses alunos.

[...] Desde que não atrase muito o ritmo do grupo em geral pode acontecer. [...] É um direito assegurado a todos. E é possível a inclusão se o sistema educacional estiver preparado a aceitar e tiver conhecimento específico para lidar com as diferenças (p. 41-43).

Esse mesmo problema foi percebido no estudo feito por Rosa e Papi (2009), autoras que realizaram um estudo realizado com os professores do ensino Fundamental II (5° ao 9°) com o objetivo de identificar quais são os desafios em relação a inclusão escolar dos alunos com deficiência. Nas falas dos educadores é possível perceber que eles próprios reconhecem as dificuldades que enfrentam

Penso que a escola e professores não estão preparados para inclusão, principalmente as deficiências mentais. (P1)

[...] Também sinto dificuldade por não estar preparada para atender estes alunos. (P3)

Não me sinto capacitada para trabalhar com esse aluno. (P5)

A princípio, me senti totalmente abandonada para esta atuação. (P6) (ROSA, PAPI, p.6 (2009)

Diante do exposto, parece certo dizer que o despreparo dos docentes é proveniente principalmente da formação que receberam. Além de ser visível que há uma descrença a respeito da capacidade de o aluno se desenvolver e agir de forma autônoma.

no processo de formação dos professores, atenção especial deve ser dada à preparação de todos os docentes, para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo, e da instrução para dar uma atenção às necessidades especiais dos alunos, bem como para colaborar com os especialistas e com os pais (BRASIL, 2006)

Na pesquisa realizada por Margaret do Rosário Silva, em que teve como objetivo investigar quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, identificou outra dificuldade em oferecer uma educação inclusiva aos alunos com necessidades especiais. Silva (2011), identificou que grande maioria das escolas não contam com um ambiente adequado para receber as crianças com necessidades especiais. Os profissionais ouvidos reclamam da superlotação das salas, fator que influencia sobremaneira no trabalho pedagógico realizado pelos professores.

Segundo os relatos da pesquisa de Silva (2011), os professores carregam a culpa sozinhos pelas falhas no processo de aprendizagem inclusiva, contudo, o professor sozinho não é capaz de disponibilizar todos os recursos necessários para que seus alunos

tenham subsídios para aprender. A educação é uma rede, que para existir precisa da colaboração de vários setores, além do mais, é imprescindível que os recursos provenientes das políticas públicas sejam suficientes para contratar a quantidade necessário de profissionais, para que seja possível a permanência de uma quantidade razoável de alunos em uma sala de aula.

A Educação inclusiva requer, dentre outras coisas, um espaço físico condizente às necessidades especiais dos alunos. Mas, quando se fala em adaptação de espaços físicos, tende-se a pensar apenas em rampas de acesso, entretanto acessibilidade vai muito além disso.

As instituições de ensino devem estar preparadas estruturalmente para receber uma diversidade de alunos, dessa forma deve contar com banheiros acessíveis, salas amplas e interativas, salas de recursos multifuncionais, equipe de apoio e aprendizagem, dentre outros. de acordo com o último censo escolar da educação básica somente 26,1% das creches e 25,1% das pré-escolas têm dependências e vias adequadas a alunos com deficiência. E banheiros adequados estão presentes em apenas 32,1% das escolas de Educação Infantil

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, compreende-se como educação inclusiva como uma nova abordagem da educação contemporânea, em que defende que todos têm direito a educação regular, inclusive o público alvo da educação especial, que são as pessoas com deficiência, altas habilidades ou superdotação e as com Transtornos Globais do Desenvolvimento.

De acordo com as pesquisas mais recentes, a inserção de crianças com deficiência na escola regular de ensino, proporciona diversos benefícios, tanto para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, sociais, físicos e emocionais da criança especial, como também reflete na construção de indivíduos mais conscientes, sem preconceitos e com consciência de cuidado de si e com o outro.

Ao longo das pesquisas que deram origem a esse trabalho foi possível concluir alguns pontos importantes acerca da Educação Inclusiva na Educação Infantil. A princípio, pode-se identificar que existe uma gama de normas e diretrizes que asseguram o acesso dos alunos com necessidades especiais em salas de ensino regular. No entanto, esse arcabouço legal ainda não conseguiu implementar uma plena educação inclusiva.

No sistema educacional brasileiro, a Educação Inclusiva, principalmente referente a Educação infantil, ainda encontra muitas dificuldades, que se destacam: a falta de capacitação nessa área de atuação pelos professores, a superlotação das salas de aula, bem como a falta de estrutura dos espaços físicos das escolas.

Dessa forma, entende-se que é necessário a criação de políticas públicas que ponham em prática as normas vigentes, dando todo o suporte para que as pessoas com necessidades especiais tenham acesso à educação, e mais, uma educação de qualidade que possibilite o desenvolvimento de suas potencialidades, pois assim como estabelece a Constituição Federal a educação é para todos, sem distinção de qualquer natureza.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gozales. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rnei_vol1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação**. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021

_____. Ministério da educação. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em cursos de nível superior**. 2000

_____. Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação**. Ministério da Educação – MEC. 2004

CARNEIRO, Relma Uriel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/688>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

CASTRO, Sabrina Fernandes. **A representação social de professores de alunos incluídos em rede regular de ensino**. Monografia (Conclusão de curso de

especialização em Educação Especial na área da Deficiência Mental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2002.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. **Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas**. 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

MENDES, E. G. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogia, v.22, n.57, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/361522-Breve-historico-da-educacao-especial-no-brasil.html>>. Acesso em: 15 de set. 2021.

MENDES, Rodrigo. **O que é educação inclusiva?** Disponível em: <<https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>> Acesso: 23 ago. 2021

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação especial e educação inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo**. II congresso internacional Trabalhos docentes e processos educativos. Universidade de Uberlândia. 2015. Disponível:< <https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf>> Acesso: 15 de set. 2021.

PAGANELLI, Raquel. **Educação inclusiva**. 2018 Disponível em: <<https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/>> Acesso em: 16 set. 2021.

SILVA, Margaret do Rosário Silva. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 2011. VII, 54 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) —Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade**. Salamanca, Espanha, 1994. 49p.

VYGOTSKY, L.S. (1984). **A formação Social da mente**. São Paulo: Martins Cortez